



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

CAROLINE FERNANDES MARACAJÁ

**O RECRUDESCIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:
uma análise à luz do paradigma da proteção integral**

**BRASÍLIA
2020**

CAROLINE FERNANDES MARACAJÁ

**O RECRUDESCIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:
uma análise à luz do paradigma da proteção integral**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lindojon Gerônimo Bezerra dos Santos

**BRASÍLIA
2020**

CAROLINE FERNANDES MARACAJÁ

**O RECRUDESCIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:
uma análise à luz do paradigma da proteção integral**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lindojon Gerônimo Bezerra dos Santos

BRASÍLIA, _____, 2020.

BANCA AVALIADORA

Orientador Lindojon Gerônimo Bezerra dos Santos

Professor(a) Avaliador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar minha gratidão primeiramente a Deus que me concedeu forças para que eu conseguisse chegar até aqui.

A caminhada foi longa e cheia de obstáculos, mas também regada de sorrisos e conquistas e isso devo a minha família, diante disso, agradeço aos meus avós, Maria e Francisco, por serem minha inspiração para seguir em frente, sempre.

Agradeço também, a minha mãe que fez esse sonho ser possível, que acreditou em mim e viveu intensamente cada momento da graduação comigo. Essa vitória é nossa!

Aos meus professores que me mostraram o mundo incrível do Direito. E em especial, meu orientador!

Aos meus amigos que me apoiaram e estiveram comigo durante essa jornada, Luísa Maia, Pabline Soares, Carlos Henrique e Gustavo Jesus, muito obrigada por todos esses anos!

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças.”

Nelson Mandela

O recrudescimento da medida socioeducativa de internação: uma análise à luz do paradigma da proteção integral.

Caroline Fernandes Maracajá

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo o debate acerca do aumento da medida socioeducativa de internação de acordo com o que dispõe a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa abordará os recortes históricos sobre o jovem em conflito com a lei e também um estudo sobre os elementos que caracterizaram a Doutrina da Proteção Integral. O estudo sobre essa matéria se faz necessário, pois a medida socioeducativa de internação é a mais severa entre as medidas e somente poderá ser aplicada por até três anos, devendo observar os princípios que a regem e respeitando que o adolescente é um sujeito de direitos e deveres.

Palavras-chave: Adolescente. Doutrina da Proteção Integral. Medida Socioeducativa. Internação.

SUMÁRIO

Introdução. 1 – Recortes históricos da responsabilização do adolescente em conflito com a lei. 1.1 – Elementos que caracterizam a Doutrina da Proteção Integral. 2 – Medidas socioeducativas. 2.1 – Medida socioeducativa de internação. Considerações finais. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a possibilidade ou não do aumento da medida socioeducativa de internação, considerando o que dispõe a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que adota o paradigma da proteção integral.

A pesquisa registra relevância no âmbito acadêmico e social em decorrência do impacto que as jovens em conflito com a lei e as medidas a eles aplicadas tem na sociedade. Para tanto, a metodologia aplicada empregará a revisão de literatura,

doutrinas, consulta à legislação e uma breve análise de um projeto de lei que versa sobre o tema.

O marco teórico da pesquisa respalda-se no que se convencionou em chamar de paradigma das Nações Unidas da proteção integral a qual abrangeu o adolescente à condição de sujeito de direitos em fase peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Dessa forma, o primeiro tópico aborda a evolução histórica da responsabilização da criança e do adolescente, trazendo os recortes históricos desde o Código Criminal Brasileiro de 1830 até a implementação da Doutrina da Proteção Integral com a Constituição Federal de 1988. O tópico seguinte trará uma breve análise das medidas socioeducativas e posteriormente tratará com ênfase a medida socioeducativa de internação.

1 RECORTES HISTÓRICOS DA RESPONSABILIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

No contexto nacional tem-se o Código Criminal Brasileiro (1830) que foi a primeira norma nacional que estabelecia a responsabilidade penal do jovem de 14 anos e essa imputação poderia estender-se aos menores de 14 anos, desde que agissem com discernimento na prática criminal e poderia a este ser aplicada uma medida que o direcionava para uma instituição de correção por tempo indeterminado, desde que não ultrapassasse os 17 anos. Essa medida apresentava dificuldades em ser executada pois a quantidade de casas de correção não eram suficientes para atender as demandas, o que tinha como consequência o direcionamento dos infantes para prisões de adultos¹.

Posteriormente com a Proclamação da República, em 1889, passou a vigorar o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (1890), o qual era amparado nos ideais da Escola Clássica e que tinha a pena como uma forma de vingança ². Ainda adotando o critério biopsicológico amparado na noção de discernimento, o maior de 9 anos e o menor de 14 anos seriam sujeitados à análise de um juiz³.

Por outro lado, juntamente com os movimentos internacionais que aconteciam, em meados de 1912 foi desenvolvido um projeto de lei pelo Deputado João Chaves, que tinha como objetivo criar tribunais e juízes especializados com jurisdição e competência no âmbito da criança e do adolescente, fazendo que saísse da esfera penal ⁴.

A lei 4.242 de 5 de janeiro de 1921 previa que apenas os maiores de 14 anos de idade seriam imputáveis, entretanto, não previa nenhuma responsabilização aos menores dessa faixa etária, mesmo que tenham cometido algum ato ilícito penal com

¹ JESUS, Maurício Neves. **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas, SP: Servanda, 2006, p. 33.

² LOBO, S. L. **A idade no direito penal brasileiro: da menoridade**. Belo Horizonte: Mandamento, 2008, p. 44.

³ SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 36.

⁴ AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução Histórica do Direito da Criança e do Adolescente. In: MACIEL, Kátia R. F. L. Andrade (Org.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**, 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 377-379.

discernimento, o que era previsto no Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (1890).

Em 1924 foi instituído o primeiro Juizado de Menores que possuía um estabelecimento próprio a fim de retirar e educar os infratores e abandonados. Entretanto, com o tempo passou a ser ineficaz ⁵.

A primeira legislação que versava especificamente sobre crianças e adolescentes se deu com o Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927, com a criação do Código de Menores de 1927, também conhecido como Código Mello Matos, onde o juiz exercia uma autoridade centralizadora, discricionária e protecionista sobre a infância pobre. Ainda com o Código de Menores de 1927 era possível analisar a diferença atribuída entre os adultos, crianças e adolescentes, já para o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (1890) apenas os menores de 14 anos eram inimputáveis. Todavia, a legislação de menores apenas tutelava aquele que era menor de 18 anos e que se encaixava no disposto do artigo 1º que tratava sobre aqueles que se encontravam em situação de abandono e delinquência, fazendo com que fosse afastado, a aplicação para todas as crianças e adolescentes. Nessa época, não havia uma preocupação efetiva com o jovem e, nesta esfera, com seu futuro⁶.

O início do século XX, foi marcado pela implementação do Modelo da Situação Irregular, onde havia um sistema totalmente organizado, caracterizado pela associação da palavra menor a crianças pobres e que, por esta razão, deveriam ser tuteladas pelo Estado a fim de manter a ordem⁷.

Os direitos e garantias não atingiam todas as crianças, apenas aquelas que se encontravam em situação irregular, que no caso eram aquelas que estavam em situação de abandono, pobreza ou que tinha cometido alguma infração. Por isso, como já mencionado, não havia um cuidado com a criança e uma preocupação com seus direitos fundamentais.

⁵ JESUS, Maurício Neves. **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas, SP: Servanda, 2006. p. 41.

⁶ DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 03.

⁷ ANDRADE, Anderson Pereira de; MACHADO, Bruno Amaral. **Justiça penal juvenil: paradigmas e experiências comparadas**. São Paulo: Marcial Pons; Brasília, DF: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2017.

O Código de 1927 também tinha o objetivo de criar regras sobre o trabalho da criança e adolescente, a delinquência, a liberdade vigiada e o pátrio poder, sendo que essas normas passavam pela análise do juiz, que deveria decidir sobre o futuro dos infantes.

Em seguida, diferentemente do que era estabelecido no Código Mello Mattos, a Consolidação das Leis Penais, Decreto 22.213 de 14 de dezembro de 1932, delimitou que os menores de 14 anos de idade não seriam criminosos, então instituiu a idade penal em 14 anos, provocando desarmonia com a legislação de menores, haja vista que sujeitava os adolescentes de 14 a 18 anos de idade ao Sistema Penal adulto. Deste modo, caso o menor de idade cometesse algum delito, ele seria tratado como adulto, fazendo com que o Código Mello Mattos fosse apenas aplicado caso estivesse em situação de abandono, que então foi solucionado com o Código Penal de 1940⁸ que a imputabilidade foi fixada aos 18 anos.

No Brasil, o Serviço Social passou a integrar programas de bem-estar e, durante a vigência do Código de Menores de 1927, foi instituído o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) – Decreto-lei nº 3.799 de 5 de novembro de 1941 que possuía uma atenção psicopedagógica aos jovens delinquentes e também uma preocupação correcional, impondo regime de internação com quebra do vínculo familiar.

Em 1964 o programa foi encerrado, devido a problemas apresentados, tais como, superlotação e ensino precário e assim foi criada através da Lei nº 4.513 de 1º de dezembro de 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que tinha um instrumento de controle político e autoritário. Não havia o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, os mesmos eram vistos apenas como coisas. Pouco se discutia quanto as formalidades para o tratamento das crianças e adolescentes, não havia um procedimento especificado de recolhimento e encaminhamento do “menor”, é necessário mencionar também que havia a falta de contato com a família. A Funabem possuía uma proposta pedagógica-assistencial progressista, porém, ao analisar na prática, manifestava-se como um instrumento do

⁸ SARAIVA, João Batista da Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2016. p. 44-46.

regime político militar. Ocorrendo o golpe militar, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) foi criada devido as críticas feitas ao SAM.

Com a lei nº 6.697 de 10 de dezembro de 1979 veio o Código de Menores e em seu art. 2º foi consolidada a doutrina da situação irregular. Havia a aplicação do princípio do melhor interesse de acordo com aquilo que o juiz decidia. De certa forma, o Código de Menores de 1979 era um “Código Penal do Menor”, posto que suas normas possuíam mais um viés sancionatório do que protetivo ou assistencial⁹. É válido que ressaltar que o Código não comportava nenhuma distinção entre os menores, fazendo que aqueles que foram vítimas de abandono recebesse o mesmo tratamento que aqueles autores de infrações penais¹⁰.

Era notória a diferença entre o “menor” e a “criança”, posto que, criança era aquela nascida em família rica, enquanto aqueles de famílias pobres eram sujeitos a assistência e proteção do Poder Público. Nesse sentido, toda criança e adolescente que se encontrava na pobreza era classificada como “em situação irregular”, o que reconhecia a proteção do Estado com estes, por meio do Juízes de Menores que os colocavam no sistema da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM).

Em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, especialmente com o art. 227, foi afastado o paradigma da situação irregular fundado pelo Código de Menores de 1979, dando espaço para o paradigma da proteção integral, que afirmava que a teoria do melhor interesse está relacionada a ideia de aplicar aquilo que melhor atenda as peculiaridades e necessidades da criança e do adolescente e dando prioridade absoluta a estes, os quais teriam direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária¹¹, trazendo a responsabilidade para a família, Estado e sociedade.

De um lado há a Constituição Federal de 1988 que se fundamentava no paradigma da proteção integral e de outro lado, o Código de Menores que adotava a doutrina da situação irregular, a partir disso que veio a necessidade de criar um novo

⁹ FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direitos da criança e do adolescente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 08.

¹⁰ JESUS, Maurício Neves, **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas, SP: Servanda, 2006. p. 59.

¹¹ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 227. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14.nov.2019

texto normativo sobre a criança e adolescente, que incluísse como fundamento a proteção integral¹², com isso veio a ser elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que visava dar amparo aos artigos 227 e 228 da Constituição Federal.

1.1 ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

No âmbito internacional a proteção integral teve origem a partir de documentos internacionais, como a Declaração de Genebra de 1924 onde a Liga das Nações reconhecia que a criança era um ser especial, e também a Declaração Universal dos Direitos do Homem que definia cuidados e atenções especiais a infância, como disposto em seu art. XXV.

Posto isso, a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, foi o primeiro instrumento que teve real importância adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha como base a proteção especial e a garantia de um desenvolvimento saudável, o marco moral se deu com o reconhecimento de que a humanidade deveria dar a criança o melhor de seus esforços. Passou a ver as crianças como sujeitos de direitos, dando amparo para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, educação gratuita e compulsória e a prioridade na proteção e socorro¹³.

O Pacto de San José de Costa Rica de 1969, reafirmou os direitos e especializou o tratamento judicial para crianças e adolescentes e também a corresponsabilidade entre a família, sociedade e Estado na proteção dos infantes, determinou também que toda criança por estar em condição inferior deveria ser dado a ela direito à proteção especial¹⁴.

As Regras de Beijing ou Regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil de 1985 veio para estabelecer diretrizes para a justiça especializada e regras mínimas para os adolescentes privados de liberdades¹⁵.

¹² DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 42.

¹³ AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução Histórica do Direito da Criança e do Adolescente. In: MACIEL, Kátia R. F. L. Andrade (Org.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.p. 54

¹⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry; LUIZ, Valdemar P. **Direito da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: OAB/SC, 2006. p. 7-10.

¹⁵ Ibidem. p. 9-14

Faz-se necessário mencionar que as Regras de Beijing desenvolveu e expandiu os artigos da Declaração sobre os Direitos da Criança e do Adolescente que versavam sobre a captura, detenção, investigação, ação penal, julgamento, sentença e o tratamento institucional ou não dos infratores juvenis.

O primeiro documento aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 1990, foram as Regras Mínimas de Ried que é a base das ações e medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes de Ried concentravam-se na prevenção da delinquência juvenil mediana e a participação de todos da sociedade. Para definir que a prevenção da delinquência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade, se fazia necessário o papel da família, da educação, da comunidade e ainda da grande mídia que estabelecia a função e a responsabilidade em relação a política social, legislação, administração da justiça juvenil, pesquisa, desenvolvimento e coordenação de políticas.

Além dos instrumentos internacionais mencionados, é importante falar sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, pois esta empregou a doutrina da proteção integral ao afirmar que todos os menores de 18 anos de idade eram sujeitos de direitos específicos e, por isso, deveriam ser protegidos pois estavam em processo de desenvolvimento e sendo assim fariam jus a uma prioridade absoluta. Apresentava também uma força obrigacional maior do que a de uma Declaração, de modo que, havia um Comitê especializado com o intuito de verificar se os países signatários estavam seguindo o que havia sido determinado por este acordo. O Brasil por sua vez promulgou a Convenção sobre os Direitos da Criança através do Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990¹⁶. A Convenção sobre os Direitos da Criança se fez a partir do conjunto de instrumentos internacionais que terminaram formando a proteção integral, que é adotada pelas Nações Unidas e que também está presente na normatização brasileira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069 sancionada em 13 de julho de 1990, surgiu devido a necessidade de efetivar os direitos estabelecidos expressamente na Constituição Federal¹⁷. Tendo como base três princípios essenciais. O primeiro é a corresponsabilidade, que assegura os direitos

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 43

fundamentais da criança e do adolescente sendo de responsabilidade da família, pois é o primeiro espaço social onde a criança é inserida, da sociedade que interfere para garantir os direitos fundamentais, como acontece no Conselho de Direitos, que controla e formula políticas públicas que dão prioridade ao contexto familiar; fortalece o direito da criança em conviver com sua família, e por fim, do Estado que é o criador de políticas públicas. O segundo trata da prioridade absoluta¹⁸ que prioriza o atendimento médico, serviço público e nas políticas públicas e o terceiro que é a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento e por isso devem ser regidas por legislação específica e própria¹⁹.

O ECA estabeleceu em seu art. 2ª que criança é aquela que possui 12 anos incompletos e adolescente dos 12 anos completos até os 18 anos incompletos²⁰. Essa distinção é importante, principalmente quando se tratar à prática de ato infracional, pois ao adolescente infrator podem ser aplicadas as medidas protetivas constantes no art. 101 e socioeducativas do art. 112 e para criança infratora podem ser aplicadas somente as medidas protetivas ²¹.

Para regulamentar a execução das medidas socioeducativas foi instituída a lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O mesmo foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e tem como finalidade implementar as políticas públicas para os adolescentes autores de ato infracional. Nas palavras de Ramidoff, o SINASE identifica-se como o “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas ²².” Pode-se afirmar que é a comunicação com todas as políticas públicas e respeita os direitos humanos. A responsabilidade solidária da família, sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos da

¹⁸ BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 4, parágrafo único. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 14.nov.2019.

¹⁹ AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução Histórica do Direito da Criança e do Adolescente. In: MACIEL, Kátia R. F. L. Andrade (Org.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 54

²⁰ BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 2, caput. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 14.nov.2019.

²¹ DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: OLIVEIRA, Thales Cezar de. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 06.

²² RAMIDOFF, Mário Luiz. **Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: comentários à lei n. 12.594/12**. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 13

criança e do adolescente, se concretiza no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4 do ECA.

O art. 35 da referida lei estabelece os princípios gerais norteadores, tais como: o princípio da legalidade, da excepcionalidade, da prioridade restaurativa, da proporcionalidade, da brevidade, da individualização, da mínima intervenção, da igualdade e por fim, o princípio da convivencialidade²³. O Sinase também estabelece os procedimentos de manutenção, substituição e suspensão referentes as medidas de meio aberto ou fechado, os direitos individuais dos adolescentes no cumprimento das medidas, a obrigatoriedade da criação de planos individuais de cumprimento de medidas elencadas a esta lei e por último, as hipóteses de extinção das medidas impostas a esses adolescentes ²⁴.

2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Para falar da responsabilização do adolescente autor de ato infracional se faz necessário analisar três períodos: o da indiferença, o tutelar e por fim, o garantista. No primeiro, não havia uma distinção entre as crianças e os adolescentes praticantes de atos infracionais, de tal modo, que era todos eram tratados como se fossem adultos. No segundo, buscava uma proteção da criança e do adolescente o inserindo em uma prisão, todavia, não se tinha uma acusação formal e a prisão acontecia de uma maneira discricionária, influenciado pelo Código Mello Matos que era relacionado a doutrina da situação irregular. O terceiro período, os adolescentes passaram a ser considerados como pessoas em condição de desenvolvimento e era necessário um cuidado específico que atendesse a condição peculiar, para sofrer uma medida socioeducativa, tinha que haver uma acusação formal do Ministério Público. Esse período está mais direcionado ao paradigma da proteção integral.

As correntes doutrinárias no garantismo consistem, na proteção integral que afirmava que as crianças ou adolescentes em situação de risco ou que tivessem praticado ato infracional deveriam estar protegidas de qualquer forma, de tal modo, que não se permitia a existência de um direito penal juvenil, para este grupo a prisão era vista como uma forma de proteção. A segunda corrente é a do direito penal juvenil,

²³ RAMIDOFF, Mário Luiz. **Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: comentários à lei n. 12.594/12**. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 77-84.

²⁴ Ibidem. p. 5-11.

onde o Estatuto da Criança e do Adolescente do art. 106 ao 111 delimita as garantias e direitos fundamentais²⁵, o adolescente praticante de ato infracional deveria ser internado provisoriamente, tendo em vista que este era considerado como um ser perigoso para toda a sociedade. A proteção integral é usada na seara da proteção dos direitos fundamentais, porém, no campo da responsabilização do adolescente há um direito penal.

Considera-se ato infracional todo fato penalmente típico, ou seja, descrito como crime ou contravenção²⁶. A definição de ato infracional dada pelo art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, decorre do princípio da legalidade, posto que, para que haja a configuração de um ato infracional, é necessário que esse ato seja típico, ilícito e culpável²⁷.

A fase no processo de responsabilização começa com a fase policial que se subdivide em: com flagrante que quando há gravidade do ato infracional tem-se a lavratura do auto de apreensão e a não liberação pela autoridade policial, o adolescente é encaminhamento ao Ministério Público, no prazo de 24 horas. Quando não há gravidade é feito um termo circunstanciado, nesse caso o adolescente é liberado, todavia, presta o compromisso de comparecer ao Ministério Público quando for notificado. Caso o adolescente esteja em situação de rua ou não é possível localizar os responsáveis, a delegacia deverá entrar em contato com o Conselho Tutelar²⁸.

Na fase ministerial, quando não tem gravidade do ato infracional há a notificação e a oitiva informal, nesse caso deve-se observar as circunstâncias do ato infracional e a situação social do adolescente, quando há gravidade é necessária oitiva formal, a internação provisória e uma decisão judicial²⁹.

²⁵ BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22.nov.2019.

²⁶ DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: OLIVEIRA, Thales Cezar de. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 150.

²⁷ VERONESE, Josiane Rose P.; SILVEIRA, Mayra. **A Prática de Ato Infracional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 299-302

²⁸ BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, artigos 171-190. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22.nov.2019.

²⁹ Ibidem.

Para se dar a internação provisória é indispensável os indícios suficientes de autoria e materialidade. Há uma necessidade imperiosa quanto a gravidade do ato, a repercussão social, a segurança pessoal do adolescente. As providências a serem adotadas encontram-se no art. 180 do ECA. O arquivamento acontece quando não há os elementos mínimos de materialidade ou que tal fato não se encontra tipificado. A remissão ocorre atendendo as circunstâncias e as consequências do fato, ao contexto social, personalidade, podendo cumular com medidas protetivas e/ou socioeducativas, exceto quando se tratar de semiliberdades e de internação, conforme disposto no art. 126 da mencionada lei. A remissão é um ato administrativo do Ministério Público e não é um direito subjetivo do adolescente, poderá ser revista a qualquer momento e é uma modalidade de transação, sua previsão legal está no art. 126. As espécies de remissão são, como forma de exclusão do feito e nesse caso é concedida pelo Ministério Público. A extinção do feito e nesse caso quem concede é o juiz. E por fim a suspensão do feito, que também é concedido pelo juiz, porém, este não poderá conceder a remissão de ofício.

A representação consoante no art. 180 do ECA, equivale a denúncia no processo penal, deve ser realizada mediante petição e segundo o art. 183 tem o prazo de 45 dias, sendo este improrrogável. É uma ação socioeducativa pública e quem possui a titularidade é apenas o Ministério Público, havendo o recebimento da representação há a citação ou notificação do adolescente e de seus respectivos responsáveis, o prazo para apresentar a defesa é de 3 dias. Chegando na instrução, as testemunhas de acusação são ouvidas primeiramente, para que posteriormente as testemunhas de defesa sejam escutadas, entretanto, é possível inverter essa ordem caso não apresente inconveniência para a defesa. Na apresentação do adolescente, ele expõe sua versão sobre os fatos. É feito um estudo social, onde colhe-se informações da vida do adolescente e é importante para nortear as medidas socioeducativas a serem utilizadas. As razões finais são produzidas oralmente em sentença. Chegando na sentença (art. 189 do ECA), será julgado improcedente a ação socioeducativa pública que: estiver provada a inexistência do fato, não apresentar prova da existência do fato, não constituir fato criminal e não haver provas de que o adolescente tenha concorrido para o ato infracional. A intimação da sentença (art. 190, ECA) ocorre quando não houver medida restritiva de liberdade, nesse caso não tem a necessidade de intimar o adolescente.

As medidas socioeducativas equivalem a pena no direito penal, é importante ressaltar que as medidas socioeducativas são para os adolescentes e para as crianças aplicam-se medida protetiva, que não será objeto de estudo nessa pesquisa. A finalidade das medidas socioeducativas além de punir, também apresenta um caráter educador e socializador. A carga de ressocialização e educação é maior do que a do castigo³⁰.

Para Antonio Cezar Lima da Fonseca, as medidas socioeducativas elencadas no art. 112 do ECA, se subdividem-se em: medidas não privativas de liberdade ou em meio aberto, que no caso são as advertências, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida. O segundo grupo são as medidas privativas de liberdade ou que são cumpridas em regime fechado, tais como, a semiliberdade e a internação ³¹.

A medida de advertência disposta no art. 115 do ECA, é apenas uma admoestação que deve ser reduzida a termo e devidamente assinada pelo adolescente, os pais ou responsáveis, por um membro do Ministério Público e pela autoridade judiciária³². A advertência tem o objetivo de avisar para o adolescente e seus pais dos possíveis riscos que podem ocorrer na prática de ato infracional. Não há nenhuma vedação em relação à aplicação de várias advertências, segue a lógica de que o ato foi uma exceção na vida do adolescente³³.

A medida de obrigação de reparar o dano, encontra-se no art. 116 e é aplicada quando se tratar de bens materiais da vítima, direta ou indiretamente, outro exemplo é a pichação e grafiteagem. É usada quando o adolescente puder efetivamente reparar o mal causado³⁴. Tem como principal objetivo reeducar o adolescente infrator, o legislador busca que o adolescente compreenda a gravidade de seu ato e suas respectivas consequências.

³⁰ FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direitos da criança e do adolescente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 332

³¹ Ibidem. p. 334

³² DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: OLIVEIRA, Thales Cezar de. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 176.

³³ SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 210.

³⁴ Ibidem. p. 177.

A medida de prestação de serviços à comunidade é definida no art. 117 do ECA, onde estabelece que as atividades impostas para o adolescente “devem ser cumpridas durante a jornada máxima de oito horas semanais, domingos e feriados ou em dias úteis, de forma, que não prejudique a frequência na escola ou a jornada de trabalho³⁵.”

A medida de liberdade assistida (art. 118, ECA) deve ser aplicada nos casos onde há uma gravidade média, que não tenha sido aplicada a violência ou grave ameaça contra a vítima. Nesse caso ao adolescente é atribuída uma liberdade, com supervisão do Juízo da Infância e da Juventude, que deverá ser feita por meio de um orientador³⁶. Tem o prazo mínimo de 6 meses, podendo a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, desde que seja ouvido o orientador, Ministério Público e o defensor, conforme art. 118, parágrafo segundo do ECA.

A medida de semiliberdade consoante no art. 120 do ECA consiste no regime de recolhimento noturno e a realização de atividades externas durante o dia, tendo a supervisão de uma equipe multidisciplinar³⁷. O prazo desta medida não possui um tempo determinado mas não pode ultrapassar 3 anos, e o adolescente deve ser reavaliado a cada 6 meses, podendo excepcionalmente ser aplicada dos 18 aos 21 anos de idade³⁸.

A medida socioeducativa de internação está no art. 121 do ECA. É a mais grave das medidas socioeducativas, é regida por três princípios, o da excepcionalidade, da brevidade e do respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento que estão expressamente no art. 227, parágrafo terceiro, inciso V da Constituição Federal. “Essa

³⁵ BRASIL. Lei 8.069, 13 de julho de 1990, artigo 117, parágrafo único. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 24 nov. 2019.

³⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry; LUIZ, Valdemar P. **Direito da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: OAB/SC, 2006. p. 100-103.

³⁷ DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: OLIVEIRA, Thales Cezar de. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 182.

³⁸ BRASIL. Lei 8.069, 13 de julho de 1990, artigo 120, parágrafo segundo cc artigo 121, parágrafo quinto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 24.nov. 2019.

medida pressupõe a restrição de liberdade de ir e vir devendo ser cumprida em estabelecimento apropriado³⁹, conforme o art. 123 do ECA delimita.

2.1 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Para analisar a medida socioeducativa de internação que encontra-se no art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é importante frisar os princípios que a rege, que consiste no princípio da brevidade, excepcionalidade e a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. Brevidade, pois, impõe que o período de internação do adolescente seja o mais rápido possível, não ultrapassando o prazo máximo de 3 anos. O princípio da excepcionalidade, pois a medida socioeducativa de internação somente será aplicada quando não houver aplicada nenhuma outra. Condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, pois o adolescente necessita de uma tutela especial, sendo que os interesses deverão estar acima de qualquer outro bem tutelado⁴⁰.

Há uma diferença entre medida socioeducativa de internação sanção e a internação provisória. Quando fala em internação provisória tem-se o procedimento do processo cautelar, onde o prazo é de 45 dias, não há necessidade de prova, somente indícios suficientes de autoria e materialidade⁴¹. No caso da internação sanção é uma pena aplicada e fixada em sentença e tem o prazo de 3 anos. É válido ressaltar que a internação castigo não é uma medida socioeducativa, ela é aplicada caso haja o descumprimento de uma medida socioeducativa anteriormente violada⁴².

O art. 121 em seu segundo parágrafo, delimita que a medida socioeducativa de internação está sujeita a uma revisão que deve ser realizada no máximo semestralmente, tendo assim, um prazo indeterminado. A revisão semestral jamais poderá prejudicar o adolescente, devendo sempre observar a progressão da medida

³⁹ FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direitos da criança e do adolescente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 344.

⁴⁰ VILAS-BÔAS, Renata Malta. **A doutrina da proteção integral e os princípios norteadores do Direito da infância e juventude**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n 94, nov. 2011. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_ed=10588>. Acesso em: 28.nov. 2019

⁴¹ BRASIL. Lei 8.069, 13 de julho de 1990, artigo 122, inciso primeiro, segundo e terceiro. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 30.nov. 2019.

⁴² Ibidem.

e não sua regressão⁴³. O único prazo aplicado na medida de internação é o que se encontra no parágrafo terceiro do mesmo dispositivo legal, não podendo ultrapassar 3 anos.

Para que seja aplicada a medida de internação é necessário que tenha um processo penal completo e válido, garantindo os direitos individuais do adolescente. Essa medida somente poderá ser executada em local exclusivo para o adolescente e também não há a possibilidade de fixar em local destinado ao acolhimento institucional.

Completando os 3 anos, o adolescente deverá ser liberado, aplicando a ele um regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. Faz-se necessário mencionar que caso o adolescente seja reincidente durante o período de adolescência, poderá a este ser aplicada mais 3 anos de internação. A liberação compulsória acontecerá quando o adolescente completar 21 anos, mesmo que o prazo para a medida ainda não tenha sido encerrada ⁴⁴.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 122, menciona que o jovem infrator somente sofrerá a privação de sua liberdade nas hipóteses previstas taxativamente no referido artigo, isto significa, quando praticar o ato infracional mediante grave ameaça ou violência a pessoa; quando houver reiteração no cometimento de outras infrações graves e, por fim, quando houver descumprimento de medida socioeducativa imposta anteriormente⁴⁵. No que tange a grave ameaça é fundamental que seja empregada uma forma para diminuir a capacidade de resistência da vítima⁴⁶. Quando há violência é necessário que se comprovem as lesões, do mesmo jeito que acontece nos arts. 121 e 129 do Código Penal Brasileiro, quando não houver a possibilidade de fazer o exame pericial direto, é permitido o indireto, tais como, provas testemunhais e documentais⁴⁷. Por fim, quando se tratar

⁴³ MESSEDER Hamurabi. **Entendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente**. ed. Impetus/Campus, 2009.

⁴⁴ ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 2.

⁴⁵ BANDEIRA, Marcos Antonio Santos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional**. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2006. p. 184.

⁴⁶ Ibidem. p. 185-189

⁴⁷ Ibidem.

de descumprimento de medida anteriormente imposta, o juiz poderá aplicar a medida de internação desde que não ultrapasse o prazo permitido⁴⁸.

Há diversas propostas para a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente tramitando na Câmara dos Deputados, dentre essas, pelo menos 50 versam sobre o aumento da medida de internação⁴⁹, a título de exemplo, o Projeto de Lei número 1394/2019 do Deputado Federal Antônio Furtado partido PSL/RJ, tem como objetivo aumentar a medida socioeducativa de internação por até dez anos quando se tratar de ato infracional análogo a crime hediondo ou equiparado. A justificativa do autor do projeto se dá devido a impunidade relacionada ao jovem infrator, o que causa insegurança e o descontentamento da sociedade, com essa medida o Deputado busca que o adolescente responda de forma proporcional à gravidade do ato infracional cometido, sem que seja necessária a alteração da maioria penal⁵⁰. De acordo com o autor do projeto de lei é necessário adequar o ECA a realidade brasileira. Já para a Senadora Patrícia Saboya partido PDT/CE o sistema utilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente prevê um tratamento aos jovens infratores como sujeitos de direitos e responsabilidades e quando há o cometimento de infrações estabelece medidas cujo além de ter a finalidade de punir, também serve para preparar esses adolescentes para o convívio social, deste modo, o problema não está no ECA e sim na falta de aplicação de seus preceitos por muitos governantes⁵¹.

O debate se faz necessário tendo em vista a complexidade do tema, pois, há o descontentamento com as medidas adotadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e o reflexo é a quantidade de projetos de leis que versam sobre o aumento da medida socioeducativa de internação, todavia, deve-se observar, os direitos e garantias que foram adquiridos com a Constituição Federal de 1988 e com o ECA, além dos princípios que regem a medida de internação, levando em

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ CONGRESSO, em foco. 500 projetos tramitam na Câmara para mudar o ECA. **Congresso em Foco**, Brasília, 12 de julho. 2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/500-projetos-tramitam-na-camara-para-mudar-o-eca/>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

⁵⁰ BRASIL, Câmara dos Deputados, PL 1394/2019, 13 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193743>>. Acesso em: 01. Fev. 2020.

⁵¹ BRASIL, Ministério Público do Paraná, **a juventude brasileira e a violência**. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-260.html>>. Acesso em: 03. Fev. 2020.

consideração que deve haver o zelo com a integridade física e mental do adolescente, conforme dispõe o art. 125 da Lei nº 8.069/1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, se pode afirmar que a questão do jovem em conflito com a lei é algo que sempre esteve presente no Brasil. A questão a ser debatida é em relação as medidas aplicadas. Houve uma evolução significativa desde o Código Criminal Brasileiro de 1830, onde o jovem de 14 anos possuía uma responsabilidade penal e os menores de 14 também, desde que agissem com discernimento até chegar no Estatuto da Criança e do Adolescente que se baseia nos ditames do paradigma da proteção integral.

No modelo da situação irregular os direitos e garantias não serviam para todos as crianças, somente para aquelas que estavam em situação de abandono ou tivessem cometido algum ato infracional. Nesse momento não havia um zelo com os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes. Com o avanço da legislação e a chegada do Código de Mello Matos, caso o infante cometesse algum delito era tratado como se fosse adulto.

Com a Constituição Federal de 1988 foi afastada o modelo da situação irregular, porém, ainda estava presente no Código de Menores, causando uma desarmonia, a partir disso houve a necessidade de uma legislação que tratasse especificamente desses jovens e que estivesse em conformidade com a Constituição. É válido ressaltar que os instrumentos internacionais contribuíram para esse avanço nos direitos e garantias da criança e do adolescente.

As medidas socioeducativas equivalem a pena no direito penal, tem o objetivo de punir, mas também serve para educar e socializar esse jovem. A medida mais rígida aplicada é a de internação, possui um rol taxativo, além de ser amparar a três princípios que afirmam que a internação deve ser o mais rápido possível não podendo ultrapassar o prazo máximo de 3 anos, que será aplicada quando não houver mais nenhuma medida cabível e respeitando o desenvolvimento do adolescente.

De acordo com o art. 227 da Constituição Federal é dever da família, do Estado e da sociedade garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente, desta

forma, é importante indagar se realmente é necessário o aumento da medida de internação, que de acordo com os recortes históricos trazidos nesta pesquisa não houve efetividade ao tratar esses jovens como se fossem adultos, ou se o que precisa é que a sociedade e o Estado dê mais amparo a esses adolescentes, cumprindo e auxiliando da forma que está no Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Roberto Barbosa. **Direito da infância e da juventude**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução Histórica do Direito da Criança e do Adolescente. In: MACIEL, Kátia R. F. L. Andrade (Org.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ANDRADE, Anderson Pereira de; MACHADO, Bruno Amaral. **Justiça penal juvenil: paradigmas e experiências comparadas**. São Paulo: Marcial Pons; Brasília, DF: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2017.

BANDEIRA, Marcos Antonio Santos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional**. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 227. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14.nov.2019

BRASIL. Lei 8.069, 13 de julho de 1990, artigo 117, parágrafo único. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 14.nov. 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados, PL 1394/2019, 13 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193743>>. Acesso em: 01. Fev. 2020.

CONGRESSO, em foco. 500 projetos tramitam na Câmara para mudar o ECA. **Congresso em Foco**, Brasília, 12 de julho. 2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/500-projetos-tramitam-na-camara-para-mudar-o-eca/>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: OLIVEIRA, Thales Cezar de. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direitos da criança e do adolescente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Martha de Toledo. **A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos**. São Paulo: Monele, 2003.

MPPR, Ministério Público do Paraná, **a juventude brasileira e a violência**. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-260.html>>. Acesso em: 03. Fev. 2020.

JESUS, Maurício Neves, **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas, SP: Servanda, 2006.

LOBO, S. L. **A idade no direito penal brasileiro: da menoridade**. Belo Horizonte: Mandamento, 2008, p. 44.

MESSEDER Hamurabi. **Entendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente**. ed. Impetus/Campus, 2009.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Sinase – **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: comentários à lei n. 12.594/12**. São Paulo: Saraiva. 2012.

SARAIVA, João Batista da Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2016.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

VERONESE, Josiane Rose P.; SILVEIRA, Mayra. **A Prática de Ato Infracional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **A doutrina da proteção integral e os princípios norteadores do Direito da infância e juventude**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n 94, nov. 2011. Disponível em<http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_ed=10588> Acesso em: 28.nov. 2019